

## IDENTIDADES LOCAIS E PROJETOS NACIONAIS: OS LIMITES DE UMA CONTRADIÇÃO

**Antonio Gil.** Prof. Assistente do Dept. de História-UFES

Na historiografia sobre o processo de independência costuma-se reduzir o embate de forças através de oposições como, por exemplo: “patriotas” x “realistas”; “criollos” x “espanhóis”, ou “conservadores” x “liberais”. Isto mais confunde do que aclara, além de simplificar a questão.

Há que se ter em conta as tensões que se desenvolveram desde os tempos coloniais e que se agravavam em momentos de crise. A revolta das diversas regiões como Montevideú, Paraguai, Alto Perú e Buenos Aires à invasão napoleônica da Espanha se deu com a formação de diversas juntas governativas que se auto-proclamaram realistas, ou seja, se rebelavam em nome do rei Fernando VII. Contudo estas regiões acirraram as suas contradições a partir do vivo sentimento de crítica e oposição à política de Buenos Aires.

Em Assunção prosperava o velho orgulho de cidade fundadora submetida a um injusto enclausuramento que sufocava o seu desenvolvimento e a comercialização de riquezas, cujos preços se fixavam na capital do vice-reino. Montevideú se sentia subordinada porque Buenos Aires era o ponto final da navegação de “registro” e era a via obrigatória para alcançar os grandes mercados consumidores do noroeste. O Alto Peru e todo o noroeste sentia também o peso do controle vice-reinal que significou opressão e ruína de muitas atividades. A anulação das antigas prerrogativas comunais que foram absorvidas pelos intendentés e o rancor pela atuação repressiva das milícias portenhas em Charcas aumentavam esta animosidade.

Logo depois do regulamento que criava, nas cidades e vilas, juntas governativas compostas por 2 ou 4 pessoas eleitas e presididas pelo governador ou comandante de armas, e que tinha como intuito manter a centralização em Buenos Aires, graças à presidência de um funcionário mandado pela capital, houve a independência efetiva do Paraguai.

A ida de diversos representantes provinciais para compor a Junta de Buenos Aires, animados de um espírito provinciano de desconfiança em relação à capital fez com que ocorresse o golpe de Estado de 16 de setembro de 1811, que foi um entre vários. O novo governo passou a ter como figura proeminente, o secretário don Bernardino Rivadavia, que era mais inclinado a simpatizar com a corte “progressista” do Rio de Janeiro do que com os gaúchos orientais ou o grupo de “homens fanáticos” que se propunham a estabelecer “uma furiosa democracia”.

A ocupação de Montevideú pelos portugueses criou mais um foco de animosidade com Buenos Aires. As províncias litorais mantiveram uma posição de guerra contra a intervenção,

capitaneadas por Artigas. Buenos Aires insuflou a oposição nestas províncias e tanto os “caudilhos opositores” quanto as tropas da capital foram derrotadas em inícios de 1819. A província de Santa Fé alertava que Buenos Aires - os “portenhos”, mobilizavam os índios para hostilizar as populações.

No ano de 1820 houve uma grande crise, que nada mais foi do que o resultado de um processo. Ou seja, um processo de resistência cada vez maior ao centralismo portenho. Esta crise surgiu a partir da recusa das províncias e sua consequente rebelião contra o Diretório e o Congresso, instituições que tentaram impor uma constituição de tipo unitário e aristocrático que em suas linhas gerais restabelecia a organização administrativa da Ordenança de Intendentes, e possivelmente a coroação de um rei estrangeiro.

A sublevação se deu sobre o grito de “Federação!”. Várias províncias, como a de Santa Fé, promulgaram as suas constituições. Os vínculos políticos se desintegravam, e os cabildos assumiram a direção do movimento buscando o apoio da força militar, que permitia o surgimento de ambições pessoais para a conquista do poder.

Esta crise de 1820, a mais grave que ocorreu no processo de independência, tem como consequência o êxito da empresa federal e portanto dos caudilhos provinciais. Neste ponto há duas questões que gostaria de problematizar:

1ª.) Que interesses fundamentais mantiveram durante muito tempo a unidade formal da sociedade argentina? e

2ª.) Podemos definir a história desse período como um antagonismo entre civilização e barbárie?

Quanto ao primeiro ponto, se o isolamento e a guerra civil fomentavam a desagregação, e as guerras de independência não conseguiam despertar de todo os sentimentos de pertencimento e solidariedade que cimentam a existência das unidades nacionais, por que as tendências centrífugas não operaram em toda sua potencial consequência?

Que significado teve a “província” como instância de articulação de relações sociais e por que não pôde -isoladamente ou através de pactos federativos- constituir um estado autônomo?

Ao produzir-se o movimento de independência, o Vice-reino do Rio da Prata se estendia sobre um território praticamente despovoado, cujos dispersos habitantes constituíam uma população sedentária dedicada principalmente a atividades pecuárias e a uma agricultura primitiva. Apesar disso, os povos que habitavam esse vasto território não se segmentaram de

imediatamente quando da independência. A estrutura política herdada e seu aparato burocrático continuaram proporcionando durante um tempo, um elemento aglutinante básico.

Romper com as Províncias Unidas requeria ter opções: ser viável política e economicamente, ter vantagens comparativas em escolher a autonomia. Paraguai logo de imediato achou a conveniência de fazê-lo. As rendas originadas em seu território o permitiam e o isolamento o justificava. Sua posição geográfica não havia criado sólidos vínculos com o resto do território vice-reinal. Quanto ao caso da Banda Oriental (Montevideu), sua separação se deveu a um compromisso político, mas também seus recursos e estratégica posição faziam possível a separação. Contudo, a separação do Alto Peru (Bolívia) foi fortuita e se deu devido a continuidade do domínio espanhol durante os anos críticos da independência e a falta de apoio portenho a San Martín.

Podemos tentar avançar algumas respostas:

A unidade argentina durante as primeiras décadas de vida independente se assentou mais em elementos expressivos e simbólicos que em vínculos materiais plenamente desenvolvidos.

Na historiografia argentina do período podemos encontrar alguns exemplos: Echeverría, Esteban (1846) em seu livro *Dogma Socialista* falava em unidade diplomática externa, unidade de glórias, de bandeira, de armas, ou em uma unidade tática e instintiva que se revelava ao referir sem maior reflexão a “República Argentina” ou “território argentino”, “nação argentina” e não santiaguense, cordobesa ou portenha. Ou como afirmou José Luis Romero (1987:73): Não houve no período o desaparecimento da “indestrutível convicção da unidade nacional”.

Contudo a cada um desses atributos era possível opor outros que contradiziam a unidade: prolongados períodos de isolamento e absoluta independência provincial, pactos de união interrompidos, velhas tradições municipais, formas caudilhistas de exercício da dominação. Além disso, o território “nacional” distava de ser uma unidade inseparável. Juan Álvarez em seu livro *Historia da Provincia de Santa Fé* assinala que a mesopotâmia, a Banda Oriental e o Paraguai rodeados por rios eram inabordáveis por terra desde Buenos Aires; o altiplano opunha uma barreira de pedra entre Jujuy e as províncias bolivianas; sobre a planície deserta, os índios e as dificuldades inerentes às grandes travessias isolavam as pequenas cidades espalhadas pelo vasto território.

Neste sentido é preciso examinar também de que maneira os interesses econômicos regionais eram contraditórios. O interior, por exemplo, com os seus vinhedos e tecidos competia com os produtos estrangeiros que o litoral importava. Por outro lado, culturalmente o vínculo do idioma não era tão forte na medida em que várias províncias preferiam as línguas indígenas. Tampouco havia uma homogeneidade étnica como se crê habitualmente. Eram poucos os

descendentes de pai e mãe espanhóis e muitos os estrangeiros e descendentes da raça negra e suas diversas miscigenações.

Nem sequer perdurou uma estrutura institucional colonial suficientemente desenvolvida. Em outras experiências latino-americanas, como no Brasil, no Perú e México, este aparato serviu à continuidade institucional, compensando em parte os fatores físicos, étnicos ou culturais que dificultavam o processo de integração nacional. No Rio da Prata, ao contrário, o aparato administrativo colonial não chegou a desenvolver um eficaz mecanismo centralizado de controle territorial. Mais ainda, subsistiram nas diversas localidades, órgãos político-administrativos coloniais que tenderam a reforçar o marco provincial como âmbito natural para o desenvolvimento de atividades sociais e políticas. Não conseguiram contudo formar um verdadeiro sistema institucional, na medida em que sua autoridade e representatividade foram reiteradamente contestadas pelo caudilhismo e a luta facciosa.

Deste modo, segundo Oscar Oszlák (1982:534) assim como a província foi uma criação do processo independentista -um substituto do estado colonial desaparecido-, o caudilhismo foi um substituto da democracia associada ao movimento libertário. Foi a modalidade que assumiu localmente a representação do povo, de um povo que desconhecia a prática democrática.

Paradoxalmente, o isolamento e o localismo, em condições de precariedade institucional, poucos recursos e população escassa, impediram o total fracionamento dessas unidades provinciais em estados nacionais soberanos. A formalização de um funcionamento autônomo - que já existia de fato- não configurava maiores vantagens. Ao contrário, a possibilidade latente de negociar desde uma posição ao menos formal de paridade, a constituição de um estado nacional sobre bases mais permanentes que as oferecidas pelos diversos pactos federativos, resultava sempre mais atrativa e conveniente que o horizonte de miséria e atraso que a grande maioria das províncias podia obter do acordo institucional vigente. Sobretudo, existindo plena consciência de que a superação desse estado de coisas passava por estabelecer alguma forma de vinculação estável ao circuito econômico que tinha por eixo o porto de Buenos Aires.

Estas possibilidades foram reforçadas na medida em que a intensificação do comércio exterior produziu o debilitamento de algumas economias regionais, reordenando os termos de sua inserção nos mercados que se estavam formando. Isto se vincula ao surgimento de novos interesses e setores de atividades integrados ao circuito mercantil financeiro que se desenvolve. Além disso, o paulatino melhoramento das comunicações e a criação de um mercado interno para certas produções do interior que antes se orientavam para os países limítrofes, também contribuíram para o processo de lenta homogeneização dos interesses econômicos localizados nas diversas províncias.

Quanto à segunda indagação referente ao antagonismo entre civilização e barbárie, podemos afirmar que esta dicotomia se construiu a partir da luta entre unitários, imbuídos de um pensamento ilustrado, e federais no processo de constituição do estado argentino. Esta dicotomia suscita imagens especialmente desfiguradas pela paixão partidária e que não correspondem à realidade. Temos que nos situarmos além deste antagonismo, e também de outros, como por exemplo, entre o de caudilhismo “de massas” e governo culto e legalista das cidades. Estes antagonismos mais confundem do que iluminam.

Os caudilhos em sua qualidade de proprietários de Haciendas e chefes de milícias, ainda que populares entre as massas de gaúchos, não representavam somente a classe popular, senão também a opinião culta e urbana de suas províncias e contavam com assessores prestigiosos, advogados e clérigos, que estavam a par das tendências políticas universais correntes tanto quanto os homens da capital. Eles mesmos, não surgiam do “populacho”, senão da “burguesia” proprietária de terras como Artigas e López, quando não pertenciam como Ramírez, a mais alta camada colonial. Em suas manifestações políticas se vê o influxo direto do constitucionalismo norte-americano.

Após a independência, as possibilidades de articulação dos fatores produtivos se viram prontamente limitadas por diversos obstáculos: a dispersão e o isolamento dos mercados regionais, a escassez de população, a precariedade dos meios de comunicação e transporte, a anarquia nos meios de pagamento e na regulação de transações, a inexistência de um mercado financeiro, as dificuldades para expandir a fronteira territorial incorporando novas terras à atividade produtiva.

É importante observar que a intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. Finda a ordem colonial, o processo emancipador havia liberado forças centrífugas que desarticulavam a sociedade, sem que as diversas fórmulas ensaiadas houvessem conseguido estabelecer uma nova ordem. Por isso, a ordem se erigia na agenda de problemas da sociedade argentina como questão dominante, ordem esta que excluía a todos os elementos que pudessem obstaculizar o progresso, o avanço da civilização, e que tentava dar vida real a um estado nacional cuja existência, até então, não se evidenciava mais do que na formalidade de um texto constitucional.

A brevidade da apresentação não permite mais do que colocar em linhas gerais algumas questões fundamentais ao tema da formação do Estado Argentino. Naturalmente o tema admite outras perspectivas, outras categorias de análise, outros dados. E poderíamos ainda formular uma pergunta chave, aliás pergunta recorrente na historiografia argentina, pergunta já formulada por Sarmiento: Foi a construção do Estado Nacional argentino o resultado da vontade de homens predestinados, de uma lógica inelutável do devir histórico ou uma fortuita combinação de

fenômenos? Assim formulada esta pergunta não tem resposta, mas a partir dela se abrem um conjunto de questões:

- a guerra de independência argentina foi o primeiro capítulo de um longo processo, caracterizado por enfrentamentos e variadas fórmulas de transação, mediante os quais os setores que pugnavam por prevalecer na cena política intentaram substituir a ordem colonial por um novo sistema de dominação social.
- A origem local do movimento emancipador e as resistências encontradas por Buenos Aires para constituir-se em núcleo da organização nacional, deram lugar a movimentos separatistas e guerras civis que, durante quatro décadas, impediram a formação de um estado nacional.
- O ressurgimento da província como âmbito de luta pela dominação local e ator institucional no cenário político mais amplo que integrava as Províncias Unidas do Rio da Prata, tendeu a caracterizar como “territoriais” os enfrentamentos, ocultando as suas determinantes econômicas.
- As precárias coalisões de províncias que através de pactos e tratados tentaram se erigir como estados, foram prontamente desbaratadas por dissidências internas e fracassos militares.
- As províncias funcionaram de fato como quase-estados dentro de uma federação cujos vínculos de nacionalidade radicavam essencialmente numa ainda débil identidade coletiva criada pelas guerras de independência.
- A coalizão de forças do litoral, que com o apoio estrangeiro e de setores dissidentes de Buenos Aires se constituiu - não casualmente- em circunstâncias em que as oportunidades de progresso econômico abertas pelo aumento da demanda externa e os novos alcances tecnológicos disponíveis em meados do século, punham claro as restrições a que se achavam submetidas a produção e o intercâmbio das províncias do litoral.
- Como as diversas organizações administrativas criaram significado? A circulação de idéias assim como as especificidades geográficas e administrativas assumiram um papel importante. Como foi se formando o sentimento de comunhão de interesses que embasou o processo de constituição dos Estados latino-americanos? Estamos nos referindo ao processo de constituição de identidades. Com a independência, houve a necessidade de abandonar o referencial universalista, ou seja, o referencial espanhol, e não havendo a possibilidade de operacionalizar o referencial americano (o ideal de Nuestra America), os articuladores da organização nacional tentaram construir a identidade nacional a partir da dissolução ou esmaecimento da identidade imediata, ou seja, a localista. Os americanos de Santa Fé, de Corrientes, de Buenos Aires, e assim por diante, profundamente marcados pelos aspectos localistas, se inseriram num movimento que tentou construir uma unidade nacional, ainda que de uma forma bastante complexa e contraditória. As diversas províncias em sua multiplicidade tiveram que lutar com forças centrífugas e desagregadoras expressas nos diversos interesses locais, fazendo com que o

Estado assumisse o papel de homogeneizador dessa comunidade e portanto construtor dessa idéia de nacionalidade.

Podemos, para finalizar, concluir que há um senso trágico no processo formativo da Argentina naquele período que a diferencia singularmente das outras formações latino-americanas. E é por este motivo que nos temos debruçado sobre esse tema.

### **Bibliografía**

- NAJENSON, José Luis. Cultura, ideología y nación en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 43, n.2, abr./jun. 1981.
- OZLAK, Oscar. Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina. *Desarrollo Económico*, vol. 21, n.84, p.531-548, 1982.
- PALACIO, Ernesto. *Historia de la Argentina, 1515-1983*. 15ª. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1988.
- ROMERO, José Luis. *Breve História de la Argentina*. 9ª. ed. Buenos Aires: Editorial Abril, 1987.
- SAGUIER, Eduardo R. La emergencia de una élite revolucionaria en el antiguo virreinato del Río de la Plata. Balance de una cuestión. *Boletín Historia y Geografía, Santiago de Chile* n. 10, p. 79-97, 1993. Universidad Católica Blas Cañas.
- . La crisis de un estado colonial. Balance de la cuestión rioplatense. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, tomo XLIX, n. 2, 1993. Separata.
- SHUMWAY, Nicolas. *The invention of Argentina*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- SZUCHMAN, Mark D., BROWN, Jonathan C. *Revolution and Restoration: The Rearrangement of Power in Argentina, 1776-1860*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.